

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Entre a fiscalização e a representação: entendendo os conselhos profissionais

Saber diferenciar as atribuições de conselhos de fiscalização profissional, sindicatos e associações garante ao profissional o poder de reivindicar seus direitos junto ao órgão correto e formular suas queixas a quem detém a capacidade de intervir, intermediar e resolver os problemas apresentados.

Os conselhos de fiscalização profissional são autarquias integrantes da administração pública indireta que têm a competência fiscalizatória do campo de atuação profissional. A fiscalização exercida por essas entidades decorre do poder de polícia estatal destinado à proteção da coletividade contra o exercício ilegal ou antiético de atividades regulamentadas.

Apenas as atividades regulamentadas por lei e submetidas à fiscalização estatal específica possuem conselho profissional. Nesse caso, estar registrado junto ao conselho profissional não é uma opção do trabalhador, mas, sim, um dever e uma segurança para si e para a sociedade.

Já os sindicatos são entidades de associação voluntária criadas para representar e defender os interesses de trabalhadores ou empregadores de uma determinada categoria. Eles atuam para negociar as melhores condições de trabalho, salários e benefícios junto aos empregadores ou aos governos.

Torna-se evidente, portanto, a distinção entre conselhos e sindicatos. O papel dos conselhos é assegurar o exercício ético e técnico em benefício da sociedade, ao passo que os sindicatos focam nas garantias laborais.

As associações, por sua vez, são organizações de adesão voluntária destinadas ao aprimoramento científico, técnico ou social de seus membros. Ao contrário dos sindicatos, elas não detêm a prerrogativa constitucional de representação e negociação trabalhista, mas atuam como importantes polos de fomento ao conhecimento.

Diante dessas distinções, compreende-se que essas entidades atuam de forma harmônica e complementar. Sob essa ótica, reconhecer o papel de cada instituição é indispensável para valorizar o exercício ético e legal das profissões regulamentadas.

Internet: <migalhas.com.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

1 Os trechos “Saber diferenciar as atribuições de conselhos de fiscalização profissional, sindicatos e associações” e “reconhecer o papel de cada instituição” desempenham a mesma função sintática nos períodos em que ocorrem.

2 Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto caso o período “Já os sindicatos são entidades de associação voluntária criadas para representar e defender os interesses de trabalhadores ou empregadores de uma determinada categoria.” seja reescrito da seguinte forma: **Por outro lado, os sindicatos constituem-se como entidades de associação voluntária concebidas com o fito de representar e defender os interesses de trabalhadores ou empregadores de uma categoria específica.**

3 No fragmento “mas atuam como importantes polos de fomento ao conhecimento.”, o substantivo “fomento” é empregado com o sentido de desenvolvimento ou estímulo, de modo que a sua substituição por **incentivo** preservaria a correção gramatical e o sentido original do texto.

4 O texto estrutura-se predominantemente sob a tipologia injuntiva, visto que o seu principal objetivo é instruir, orientar e prescrever o comportamento burocrático e operacional que o profissional de uma atividade regulamentada deve adotar em relação às autarquias e aos sindicatos.

5 No texto, se o prefixo da palavra “antiético” fosse substituído por **contra**, o novo vocábulo deveria ser grafado com hífen, ficando **contra-ético**, de modo a atender às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

6 Em “Diante dessas distinções, compreende-se que essas entidades atuam de forma harmônica e complementar.”, mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto caso o segmento “atuam de forma harmônica e complementar” seja substituído por **atuam harmônica e complementarmente**.

7 No fragmento “formular suas queixas a quem detém”, o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” é de caráter facultativo, uma vez que a preposição é exigida pelo termo regente “queixas” e o pronome “quem” é acompanhado do artigo definido implícito “a”.

8 No trecho “O papel dos conselhos é assegurar o exercício ético e técnico em benefício da sociedade, ao passo que os sindicatos focam nas garantias laborais.”, a substituição da locução “ao passo que” por **na medida em que** preservaria a correção gramatical e o sentido original do texto.

Texto para os itens de 9 a 16.**Inteligência artificial ajuda a entender e combater o comportamento sedentário**

Quando um novo ano começa, muita gente coloca, entre suas resoluções, vencer o sedentarismo. Esse problema está relacionado, sobretudo, ao excesso de tempo em comportamentos de baixo gasto energético. Uma pessoa pode, por exemplo, passar de oito a dez horas sentada no trabalho e ainda frequentar a academia regularmente. Nesse caso, ela é fisicamente ativa, mas apresenta um alto nível de comportamento sedentário.

Pesquisadores do Laboratório de Inteligência Artificial da Unicamp investigam aplicações de IA para saúde e bem-estar, incluindo a detecção do comportamento sedentário por meio de dispositivos vestíveis, como *smartwatches* e anéis inteligentes. O objetivo é emitir alertas preventivos antes que ocorram problemas críticos de saúde.

Embora sensores estimem os níveis de atividade física, o grande desafio é identificar com precisão o comportamento sedentário no cotidiano, já que pequenos gestos repetitivos das mãos podem confundir os aparelhos. Para solucionar esse problema, pesquisadores desenvolveram a rede neural XNet, um modelo que analisa não apenas o movimento bruto, mas também a repetição e a frequência desses gestos.

A detecção automática do comportamento sedentário abre caminho para intervenções personalizadas, como alertas para pausas ativas e metas diárias adaptadas à rotina de cada pessoa. Mais do que estimular a prática de exercícios, essas estratégias valorizam pequenas mudanças no cotidiano, reduzindo o tempo contínuo que o indivíduo passa sentado.

Do ponto de vista fisiológico, o comportamento sedentário é definido por atividades com gasto energético muito baixo, geralmente abaixo de 1,5 MET (múltiplo equivalente metabólico). A quantificação em METs permite classificar as atividades do dia a dia, enquadrando o ato de permanecer sentado ou deitado por longos períodos no nível mais baixo dessa escala.

Em uma rotina de escritório, o ideal é levantar-se a cada hora, por cerca de três minutos, para caminhar um pouco. Assim, os sistemas de monitoramento funcionam como aliados para que o usuário estabeleça metas, permitindo que ele faça escolhas mais saudáveis a partir do próprio histórico de dados.

Internet: <jornal.unicamp.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “A detecção automática do comportamento sedentário abre caminho para intervenções personalizadas,” a substituição da expressão “abre caminho para” pela forma verbal **viabiliza** preservaria a correção gramatical e o sentido original do período, modificando o caráter conotativo da construção original para um caráter estritamente denotativo.
- 10 Com base no trecho “Uma pessoa pode, por exemplo, passar de oito a dez horas sentada no trabalho e ainda frequentar a academia regularmente. Nesse caso, ela é fisicamente ativa, mas apresenta um alto nível de comportamento sedentário,” infere-se que os conceitos de “comportamento sedentário” e de “inatividade física” são tratados no texto como termos sinônimos, visto que ambos descrevem a ausência total de práticas corporais sistematizadas.

- 11 No trecho “Para solucionar esse problema, pesquisadores desenvolveram a rede neural XNet,” a vírgula após “Para solucionar esse problema” é obrigatória, pois separa uma oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo da sua oração principal.
- 12 No período “Em uma rotina de escritório, o ideal é levantar-se a cada hora, por cerca de três minutos, para caminhar um pouco,” o emprego das vírgulas visa isolar adjuntos adverbiais. A primeira vírgula justifica-se por isolar um adjunto adverbial deslocado na oração, ao passo que as vírgulas subsequentes objetivam separar adjuntos adverbiais que aparecem em sequência na estrutura do período.
- 13 Em “Assim, os sistemas de monitoramento funcionam como aliados para que o usuário estabeleça metas,” a locução conjuntiva “para que” introduz uma oração de valor final, cujo verbo necessita estar flexionado no modo subjuntivo. Caso a locução fosse substituída pela preposição **para**, mantendo-se o sentido de finalidade, a forma verbal “estabeleça” deveria ser, obrigatoriamente, transposta para a sua forma nominal de infinitivo (estabelecer).
- 14 No fragmento “já que pequenos gestos repetitivos das mãos podem confundir os aparelhos,” a locução “já que” introduz uma ideia de causa e pode ser substituída por **porquanto**, preservando-se a correção gramatical e as relações de sentido originais do período.
- 15 No trecho “Do ponto de vista fisiológico, o comportamento sedentário é definido por atividades com gasto energético muito baixo,” o segmento “por atividades com gasto energético muito baixo” completa o termo antecedente e é introduzido por uma preposição, desempenhando a função de complemento nominal da forma nominal “definido”.
- 16 No período “Mais do que estimular a prática de exercícios, essas estratégias valorizam pequenas mudanças no cotidiano, reduzindo o tempo contínuo que o indivíduo passa sentado,” a expressão “Mais do que” estabelece uma relação adversativa entre as ideias do período, transmitindo uma noção de oposição ou compensação em relação à prática de exercícios físicos.

Durante um treinamento de natação, Gael praticará os estilos *crawl*, costas, peito e borboleta. Para isso, realizará 4 tiros de ida e volta em uma piscina, escolhendo, em cada percurso de ida ou de volta, um desses quatro estilos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 Se Gael mantiver, em cada tiro, o mesmo estilo na ida e na volta e destinar um tiro a cada um dos quatro estilos, o treinamento poderá ser organizado de 16 maneiras distintas.
- 18 Caso Gael utilize cada 1 dos 4 estilos exatamente 1 vez nas idas e também 1 vez nas voltas, sem repetir, em nenhum tiro, o estilo empregado na ida, haverá exatamente 9 sequências possíveis para as voltas.
- 19 Ao utilizar 1 dos 4 estilos em apenas 1 dos 8 percursos, Gael necessariamente empregará, pelo menos, 1 dos outros 3 estilos em 3 ou mais percursos.
- 20 A utilização de cada 1 dos 4 estilos exatamente 2 vezes ao longo dos 8 percursos permitirá organizar o treinamento em 5.040 sequências distintas.

Em determinado período, foram observadas 200 formigas operárias de um formigueiro. Dessas formigas, 120 atuaram na coleta de alimentos, 90 cuidaram das larvas e 70 participaram da defesa do formigueiro. Além disso, 50 atuaram na coleta de alimentos e no cuidado das larvas, 40 atuaram na coleta de alimentos e na defesa do formigueiro, 30 cuidaram das larvas e participaram da defesa, e 20 desempenharam as 3 funções.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 21 Ao todo, 180 formigas desempenharam, pelo menos, uma das 3 funções mencionadas.
- 22 Exatamente 60 formigas atuaram somente na coleta de alimentos.
- 23 Entre as formigas observadas, 60 desempenharam, pelo menos, 2 das 3 funções.
- 24 10% das formigas observadas não desempenharam nenhuma das 3 funções mencionadas.

Durante 10 dias consecutivos, Laura registrou a quantidade de sapinhos avistados em uma lagoa. Os registros formaram uma progressão aritmética. No 2º dia, Laura avistou 17 sapinhos e, no 10º dia, 33 sapinhos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25 No 6º dia, Laura avistou 24 sapinhos.
- 26 A média da quantidade de sapinhos avistados nos 10 dias foi igual a 24.
- 27 A mediana da quantidade de sapinhos avistados foi igual a 24.
- 28 A moda da quantidade de sapinhos avistados foi igual a 25.



ANOTAÇÕES

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos sistemas operacionais Windows, dos sistemas móveis e do gerenciamento de arquivos, julgue os itens a seguir.

- 29 No Windows 10 e no Windows 11, a exclusão de um arquivo por meio da tecla **Del** faz com que, em condições normais, ele seja enviado para a Lixeira, de onde poderá ser restaurado caso ainda não tenha sido removido definitivamente.
- 30 A criação de duas pastas com o mesmo nome em um mesmo diretório é permitida no Windows, desde que seus conteúdos sejam diferentes.
- 31 Android e iOS permitem a instalação de aplicativos distribuídos por suas respectivas lojas oficiais, embora também existam diferenças quanto às políticas de instalação e distribuição de aplicativos entre os dois sistemas.
- 32 Renomear um arquivo no Windows altera, automaticamente, a sua data de criação, uma vez que o sistema operacional recria o arquivo com o novo nome.

A respeito dos conceitos fundamentais de informática e dos aplicativos de escritório, julgue os itens seguintes.

- 33 Um scanner é classificado como dispositivo de entrada porque a sua função consiste em converter documentos físicos em informações que possam ser processadas pelo computador.
- 34 Todo software depende diretamente do hardware para ser executado, porém um mesmo hardware pode executar diferentes softwares compatíveis com seu sistema operacional.
- 35 No Microsoft Word, a utilização do recurso Localizar permite pesquisar palavras ou expressões dentro do documento sem que o seu conteúdo seja automaticamente alterado.
- 36 No Microsoft Excel, uma fórmula sempre deve iniciar-se pelo sinal de igualdade (=), indicando ao programa que o conteúdo deverá ser interpretado como uma expressão a ser calculada.

Acerca das redes de computadores, da Internet, da intranet e da utilização de navegadores web, julgue os itens a seguir.

- 37 Uma intranet utiliza tecnologias e protocolos empregados na Internet, porém o seu acesso normalmente é restrito aos usuários autorizados de uma organização.
- 38 Toda rede de computadores é necessariamente conectada à Internet, pois a comunicação entre dispositivos depende da infraestrutura da rede mundial.
- 39 A utilização de um serviço de webmail exige, obrigatoriamente, a instalação de um programa cliente de e-mail no computador do usuário.
- 40 Os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge permitem que o usuário mantenha diversas páginas abertas simultaneamente por meio de abas.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da ética no setor público e dos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 41 A comissão de ética de que trata o Decreto nº 1.171/1994, instituída em cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e da indireta, é integrada por sete membros titulares e três suplentes, escolhidos entre servidores ou empregados do quadro permanente, para mandatos não coincidentes de três anos, permitida uma única recondução.
- 42 Suponha-se que um servidor de uma autarquia federal, durante o atendimento ao público, tenha prestado corretamente a informação solicitada, mas tenha tratado o cidadão com ironia e descortesia. Nessa situação, a correção técnica da informação prestada não afasta a violação dos deveres éticos inerentes à função pública.
- 43 Nos procedimentos de apuração conduzidos pelas comissões de ética integrantes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, os autos devem permanecer com a chancela de reservado até a conclusão, e a identidade do denunciante deverá ser mantida sob reserva se ele assim o desejar.
- 44 No âmbito do princípio da segurança jurídica que rege a atuação administrativa, o ato jurídico perfeito corresponde ao direito já incorporado ao patrimônio do administrado, por ter preenchidos os requisitos de sua aquisição, distinguindo-se do direito adquirido, consistente no ato já consumado segundo a norma vigente ao tempo de sua prática.
- 45 Suponha-se que a Administração Pública tenha revogado um ato próprio por considerá-lo inconveniente e que, posteriormente, um interessado tenha provocado o Poder Judiciário para examinar a legalidade dessa revogação. Nesse caso, é correto afirmar que tanto o controle administrativo quanto o judicial estão compreendidos no princípio da sindicabilidade.

Com base na Lei nº 8.429/1992, julgue os itens seguintes, acerca dos atos de improbidade administrativa.

- 46 A legitimidade para propor ação por ato de improbidade administrativa é exclusiva do Ministério Público, não se reconhecendo legitimidade concorrente às pessoas jurídicas interessadas.
- 47 Constatada, no âmbito de processo administrativo disciplinar, conduta que configure, simultaneamente, infração funcional estatutária e ato de improbidade administrativa, a autoridade competente poderá aplicar diretamente, com fundamento em seu poder disciplinar, tanto a penalidade estatutária cabível quanto as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992.
- 48 A Lei nº 8.429/1992 limita o ressarcimento dos prejuízos à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos apenas quanto à entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra, não estendendo essa limitação à entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício.
- 49 Suponha-se que o herdeiro de um agente público responsável por dano ao erário tenha recebido herança de valor inferior ao prejuízo causado. Nesse caso, é correto afirmar que o herdeiro responderá pela reparação integral do dano, ainda que o valor devido ultrapasse o patrimônio herdado.
- 50 Embora a regra seja a prévia oitiva do réu, no prazo de cinco dias, a indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem essa oitiva quando o contraditório prévio puder, comprovadamente, frustrar a efetividade da medida ou quando houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar.

Acerca do processo administrativo federal, julgue os itens a seguir, em consonância com a Lei nº 9.784/1999.

- 51 Suponha-se que, em um processo administrativo federal, a autoridade tenha recusado manifestação apresentada pessoalmente pelo interessado, sob o fundamento de que a assistência por advogado é obrigatória em todo processo administrativo. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta da autoridade está de acordo com a referida Lei.
- 52 Suponha-se que um ato normativo aplicável a um processo administrativo federal imponha ao administrado dever não reproduzido entre aqueles enumerados na Lei nº 9.784/1999. Nesse caso, é correto afirmar que a ausência desse dever no rol da referida Lei não dispensa o administrado de observá-lo.
- 53 Tratando-se de ato administrativo que produza efeitos favoráveis de natureza patrimonial contínua ao destinatário, sem comprovada má-fé, o prazo decadencial de cinco anos para a Administração anulá-lo conta-se da data de sua prática, e não da percepção do primeiro pagamento.
- 54 Suponha-se que, em um processo administrativo federal, o interessado tenha apresentado alegações e documentos relevantes após o encerramento da instrução, mas antes da decisão. Nesse caso, é correto afirmar que a autoridade poderá desconsiderá-los em razão do momento em que foram apresentados.
- 55 Suponha-se que, por razões técnicas, o titular de um órgão tenha delegado a outro órgão federal, sem subordinação hierárquica, parte de competência não exclusiva para analisar e decidir requerimentos administrativos. O ato foi publicado e definiu a matéria, os limites, a duração, os objetivos e o recurso cabível. Nesse caso, é correto afirmar que a delegação é válida.

À luz da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 –, e dos decretos que a regulamentam, julgue os itens seguintes, no que diz respeito à transparência pública e ao acesso à informação.

- 56 Suponha-se que uma universidade pública tenha solicitado acesso a informações pessoais para realizar uma pesquisa científica prevista em lei e de evidente interesse público, assegurada a não identificação dos titulares. Nesse caso, é correto afirmar que o fornecimento das informações depende do consentimento expresso das pessoas a que elas se referem.
- 57 As informações capazes de colocar em risco a segurança do presidente da República, do vice-presidente e de seus respectivos cônjuges e filhos são classificadas no grau reservado, mas permanecem sujeitas ao prazo máximo geral de cinco anos, inclusive na hipótese de reeleição.
- 58 Ainda que o órgão público possa cobrar do requerente o custo da reprodução de documentos solicitados com base na Lei de Acesso à Informação, essa cobrança não poderá ser exigida daquele cuja situação econômica não lhe permita arcar com tal custo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, mediante declaração nos termos da legislação aplicável.
- 59 O órgão ou a entidade pública deverá atender a qualquer pedido de acesso à informação que preencha os requisitos formais de identificação do requerente, ainda que a solicitação seja genérica, desproporcional ou exija a produção de trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação de dados não disponíveis.

- 60** É vedado aos órgãos e às entidades públicas exigir que o requerente justifique os motivos do pedido de acesso à informação, sendo suficiente a identificação do requerente e a especificação clara da informação pretendida.
- 61** O acesso a documento preparatório utilizado como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo é assegurado a partir da edição do respectivo ato ou decisão, não sendo garantido, portanto, o acesso a esse tipo de documento enquanto o processo decisório ainda estiver em curso.
- 62** Compete ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) apenas o recebimento e o registro dos pedidos de acesso à informação, cabendo exclusivamente à unidade responsável pela informação, e não ao SIC, promover o fornecimento imediato de informação já disponível.
- 63** O prazo máximo de sigilo aplicável às informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado pode chegar a até 50 anos, na hipótese de prorrogação da classificação ultrassecreta. Já o prazo de restrição de acesso a informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem pode se estender por até 100 anos, contados da data de produção da informação.

Com base na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), julgue os itens a seguir.

- 64** Dado pessoal coletado no exterior por empresa estrangeira está sempre fora do alcance da LGPD, independentemente de vir a ser compartilhado com agentes de tratamento brasileiros ou transferido para outro país, desde que o país de origem do dado ofereça grau de proteção adequado ao previsto na legislação brasileira.
- 65** Nas hipóteses excepcionais de tratamento de dados pessoais para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou investigação e repressão de infrações penais, o tratamento da totalidade dos dados por essa entidade privada somente é admitido quando esta possuir capital integralmente constituído pelo Poder Público.
- 66** Suponha-se que um controlador tenha identificado um incidente de segurança envolvendo dados pessoais e concluído que a ocorrência poderia acarretar risco ou dano relevante aos titulares. Nesse caso, é correto afirmar que o controlador deverá comunicar o incidente tanto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados quanto aos titulares afetados.
- 67** O operador que descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados pessoais ou deixar de seguir as instruções lícitas do controlador equipara-se a esse para fins de responsabilização solidária pelos danos causados pelo tratamento, ressalvadas as hipóteses de exclusão de responsabilidade previstas na LGPD.

- 68** Para que o juiz inverta o ônus da prova em favor do titular dos dados pessoais em ação de reparação de danos decorrente de tratamento irregular, é necessário que estejam cumulativamente presentes a verossimilhança da alegação, a hipossuficiência do titular e a excessiva onerosidade da produção da prova para ele.
- 69** As sanções de suspensão parcial do funcionamento do banco de dados, a suspensão do exercício da atividade de tratamento e a proibição parcial ou total das atividades relacionadas ao tratamento de dados poderão ser aplicadas pela ANPD como sanção inicial e isolada, independentemente da aplicação prévia de qualquer outra penalidade ao mesmo caso concreto.
- 70** A exclusividade da ANPD para aplicar sanções administrativas por infração à LGPD é incompatível com a articulação de sua atuação junto a outros órgãos e entidades dotados de competências sancionatórias e normativas afetas à proteção de dados pessoais, já que a exclusividade pressupõe atuação isolada, sem qualquer interação institucional.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere à legislação constitucional, à fiscal e à licitatória aplicável à Administração Pública, julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

- 71** Servidor público federal que acumula, lícitamente, dois cargos de professor em universidades federais distintas, ao ser nomeado para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração em autarquia federal, deverá optar por um dos vínculos efetivos, uma vez que a CF/1988 veda a acumulação de cargo em comissão com qualquer cargo efetivo, independentemente da compatibilidade de horários.
- 72** Suponha-se que a Câmara dos Deputados, ao apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, verificou que o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontava irregularidades graves. Nesse caso, é correto afirmar que o Congresso Nacional está obrigado a julgar as contas como irregulares, uma vez que o parecer prévio do TCU vincula a deliberação do Poder Legislativo.
- 73** Suponha-se que uma empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional auferiu, até outubro de determinado ano-calendário, receita bruta acumulada de R\$ 6.000.000, superando em mais de 20% o limite de R\$ 4.800.000 previsto na Lei Complementar nº 123/2006. Nesse caso, é correto afirmar que a exclusão do Simples Nacional produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente.
- 74** Suponha-se que um órgão público federal tenha celebrado contrato de serviços contínuos de vigilância com vigência inicial de cinco anos. Findo esse prazo, verificou-se que a prorrogação seria mais vantajosa que nova licitação. Nesse caso, é correto afirmar que a Lei nº 14.133/2021 admite a prorrogação por até cinco anos adicionais, desde que demonstrada essa vantajosidade.
- 75** As previsões de receita, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos dois anos e da projeção para os três exercícios seguintes àquele a que se referirem, além de metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Quanto à legislação e às normas aplicáveis ao orçamento e à contabilidade pública, julgue os itens a seguir, à luz da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

- 76** Suponha-se que uma autarquia federal auferiu, no mesmo exercício financeiro, receitas provenientes de aluguéis de imóveis de sua propriedade e de juros recebidos em razão de aplicações financeiras realizadas com as suas disponibilidades de caixa. Nesse caso, é correto afirmar que ambas as receitas devem ser classificadas como receita patrimonial, por decorrerem da exploração do patrimônio da entidade.

- 77** Os estágios da receita pública, na ordem em que se sucedem, são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento; e a receita orçamentária é reconhecida para fins de balanço orçamentário no estágio da arrecadação, em conformidade com o regime de caixa adotado para as receitas pela Lei nº 4.320/1964.
- 78** Suponha-se que, ao encerrar o exercício financeiro, um órgão público federal identificou despesas devidamente empenhadas e liquidadas, mas ainda não pagas. Nesse caso, é correto afirmar que o gestor determinou o registro dessas despesas como restos a pagar não processados, por não terem sido efetivamente pagas até 31 de dezembro.
- 79** A emissão de empenho sem obrigação formalmente constituída, com o propósito de preservar saldo orçamentário para o exercício seguinte mediante inscrição em restos a pagar, é conduta regular, pois o ordenamento jurídico não exige que a obrigação esteja previamente constituída para fins de empenho.
- 80** A lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, sendo expressamente vedada a inclusão de autorização para a abertura de créditos suplementares e para a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, por representarem comprometimentos futuros estranhos ao orçamento corrente.
- 81** Suponha-se que um município pretenda iniciar obra de construção de escola pública não prevista no Plano Plurianual (PPA) vigente. Nesse caso, é correto afirmar que é vedado o início da obra até o próximo ciclo plurianual, sendo insuficiente a mera inclusão do investimento no PPA vigente por meio de revisão.
- 82** Suponha-se que um ente público necessitou realizar despesa para a qual não havia dotação orçamentária específica na LOA vigente. Para atender à demanda, o gestor solicitou ao Poder Legislativo autorização para abertura de crédito especial, indicando a fonte de recursos correspondente. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta do gestor está em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.
- 83** Suponha-se que um ente público tenha aberto crédito especial em março do exercício financeiro corrente, com saldo não utilizado ao final de dezembro do mesmo exercício. Nesse caso, é correto afirmar que o gestor deve determinar a reabertura automática do saldo no exercício seguinte, por entender que créditos especiais, diferentemente dos suplementares, não estão sujeitos ao encerramento com o exercício financeiro.
- 84** Os restos a pagar processados representam as despesas empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do exercício financeiro que não foram pagas até essa data, ao passo que os restos a pagar não processados compreendem as despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas na referida data.

- 85** As despesas de exercícios anteriores, reconhecidas em exercício posterior ao do empenho original, devem ser inscritas como restos a pagar no exercício em que forem identificadas, pois já pertenciam ao exercício anterior e não podem ser objeto de novo empenho no exercício corrente.
- 86** O suprimento de fundos constitui regime de adiantamento aplicável a casos expressamente definidos em lei, consistindo na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, sendo vedado o adiantamento a servidor em alcance ou responsável por dois adiantamentos simultâneos.
- 87** Nos dois últimos quadrimestres do mandato, é vedada ao titular de poder ou órgão a contração de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou cujas parcelas a serem pagas no exercício seguinte não contem com suficiente disponibilidade de caixa. Essa vedação alcança apenas as despesas correntes, não se aplicando às despesas de capital.
- 88** O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) deve ser publicado pelo Poder Executivo até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, abrangendo todos os Poderes e o Ministério Público.
- 89** A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que, nos 30 dias subsequentes à publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabeleça a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, sendo a inobservância desse prazo causa de nulidade dos atos administrativos praticados no exercício, sem a referida programação.
- 90** Suponha-se que, ao encerrar o exercício financeiro, determinado ente público apurou superávit do orçamento corrente e o incluiu, no projeto de lei orçamentária do exercício seguinte, como receita corrente. Nesse caso, é correto afirmar que o procedimento contraria a Lei nº 4.320/1964, pois o superávit do orçamento corrente não integra o rol das receitas orçamentárias.
- 91** O balanço financeiro, nos termos da Lei nº 4.320/1964, evidenciará a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, bem como o saldo patrimonial do ente público no início e no final do exercício financeiro.
- 92** Suponha-se que determinado ente público tenha recebido, a título de doação, um imóvel avaliado em R\$ 500.000, sem contrapartida financeira, e, no mesmo exercício, reclassificou o terreno do ativo imobilizado para ativo não circulante mantido para venda, pelo mesmo valor contábil. Nesse caso, é correto afirmar que ambas as operações geram variações patrimoniais quantitativas, pois envolvem movimentação de elementos do ativo.
- 93** Na classificação da receita orçamentária por natureza, no código 1.1.1.3.01.1.1, o quarto dígito, representado pelo número 3, identifica o tipo da receita; e o quinto e o sexto dígitos, representados por 01, identificam o desdobramento para peculiaridades da receita.
- 94** Na estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o código 1.2 identifica o Ativo Não Circulante, o código 2.3 identifica o Patrimônio Líquido e o código 5.2 identifica o Orçamento Aprovado.
- 95** Na execução orçamentária, adota-se o regime misto: as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa, pertencendo ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas; ao passo que as despesas são reconhecidas pelo regime de competência, pertencendo ao exercício as despesas nele legalmente empenhadas.
- 96** Suponha-se que determinado município tenha adquirido um ônibus que já se encontrava em operação regular no transporte de passageiros para reforçar a frota de transporte escolar. Nesse caso, é correto afirmar que o gestor classificou a despesa como investimento, por entender que a aquisição amplia a capacidade de atendimento da rede pública de ensino.
- 97** Suponha-se que, ao elaborar o balanço orçamentário, o contador de determinada autarquia federal verificou previsão atualizada de receitas de R\$ 10.500.000 e dotação atualizada de despesas de R\$ 11.300.000. Nesse caso, diante da diferença apurada de R\$ 800.000, é correto afirmar que o profissional concluiu tratar-se de déficit orçamentário do exercício.
- 98** Suponha-se que o regime próprio de previdência social de determinado município mantinha as suas disponibilidades aplicadas em títulos públicos federais, em conta segregada das demais disponibilidades do Tesouro. Nesse caso, é correto afirmar que o procedimento está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 99** O projeto de lei do Plano Plurianual será encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, tendo vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente.
- 100** Suponha-se que a Órtese Nacional, fundação pública federal fabricante de cadeiras de rodas, registrou, no exercício de 2024, R\$ 290.000 provenientes da fabricação de cadeiras de rodas e R\$ 530.000 provenientes da comercialização desses equipamentos. Nesse caso, é correto afirmar que o total da receita corrente industrial é de R\$ 820.000.

A Alfa Distribuidora Ltda., sociedade empresária do ramo comercial, apresentou as demonstrações contábeis a seguir, elaboradas em conformidade com o regime de competência e com os pronunciamentos do Código Processual Civil (CPC). Os valores estão expressos em milhares de reais. Para fins de cálculo, considere que, no exercício X2, não houve distribuição de lucros, integralização de capital, baixas de imobilizado, perdas ou reclassificações de estoques.

Balanco Patrimonial		
Conta	31-12-X1	31-12-X2
Ativo		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa	R\$ 130	R\$ 161
Contas a receber	R\$ 50	R\$ 68
Estoques	R\$ 75	R\$ 65
Despesas Antecipadas	R\$ 10	R\$ 8
Total do Ativo Circulante	R\$ 265	R\$ 302
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Terreno	R\$ 100	R\$ 100
Equipamentos	R\$ 70	R\$ 120
Depreciação acumulada	(R\$ 10)	(R\$ 22)
Intangível	R\$ 25	R\$ 25
Total do Ativo Não Circulante	R\$ 185	R\$ 223
Total do Ativo	R\$ 450	R\$ 525
Passivo e Patrimônio Líquido		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedor	R\$ 40	R\$ 30
Despesas provisionadas a pagar (operacionais)	R\$ 20	R\$ 15
Imposto de Renda a pagar	R\$ 10	R\$ 10
Total do Passivo Circulante	R\$ 70	R\$ 55
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos (LP)	R\$ 60	R\$ 32
Total do Passivo Não Circulante	R\$ 60	R\$ 32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	R\$ 200	R\$ 200
Lucros acumulados	R\$ 120	R\$ 238
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 320	R\$ 438
Total do Passivo e PL	R\$ 450	R\$ 525
Demonstração do Resultado do Exercício		
Descrição	Exercício X2	
RECEITA		
Receita Líquida de Vendas	R\$ 1.800	
CUSTO		
(-) Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	(R\$ 1.340)	
LUCRO BRUTO	R\$ 460	
DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Operacionais (excluindo Depreciação)	(R\$ 250)	
(-) Despesas de Depreciação	(R\$ 12)	
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	R\$ 198	
IMPOSTO DE RENDA		
(-) Despesa de Imposto de Renda	(R\$ 80)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 118	

Com base nessa situação hipotética e nas demonstrações contábeis apresentadas, julgue os itens a seguir.

101 Entre X1 e X2, o ativo total da Alfa Distribuidora Ltda. aumentou R\$ 75 mil, e o passivo exigível foi reduzido em R\$ 43 mil. Nesse contexto, a redução das obrigações representou fonte de recursos que, somada ao lucro líquido de R\$ 118 mil, financiou o crescimento dos ativos.

102 Em 31-12-X2, diante da inexistência de valores realizáveis a longo prazo, a liquidez geral da Alfa Distribuidora Ltda. foi de aproximadamente 4,47.

103 Na classificação doutrinária que distingue as funções administrativa e econômica da contabilidade, a apuração do lucro líquido de R\$ 118 mil da Alfa Distribuidora Ltda. em X2, mediante o confronto entre receitas e despesas reconhecidas no período, integra a função econômica.

104 Suponha-se que, no encerramento de X2, a Alfa Distribuidora Ltda. tenha sido acionada judicialmente por um cliente que pediu indenização por danos causados por produto vendido pela empresa. Os assessores jurídicos consideraram provável a perda da causa e estimaram, com confiabilidade, em R\$ 40 mil o valor a ser pago. Nesse caso, é correto afirmar que se deve reconhecer provisão no passivo no valor de R\$ 40 mil.

105 Embora a Alfa Distribuidora Ltda. tenha apresentado aumento de R\$ 18 mil nas contas a receber entre X1 e X2, esse fato, isoladamente, permite concluir pela existência de insuficiência de capital de giro ou risco imediato de insolvência, ainda que a entidade tenha encerrado o período com liquidez corrente de aproximadamente 5,49 e capital circulante líquido positivo de R\$ 247 mil.

106 Em X2, a Alfa Distribuidora Ltda. apresentava estoque inicial de R\$ 75 mil, custo das mercadorias vendidas de R\$ 1.340 mil e estoque final de R\$ 65 mil. Considerando que as únicas entradas decorreram de compras e que não houve perdas, devoluções ou ajustes, é correto afirmar que as compras totalizaram R\$ 1.330 mil.

107 A margem bruta da Alfa Distribuidora Ltda. em X2 foi inferior a 26%, enquanto o custo das mercadorias vendidas representou mais de 74% da receita líquida de vendas do período.

108 Na elaboração das notas explicativas de X2, a Alfa Distribuidora Ltda. omitiu que o aumento de R\$ 18 mil nas contas a receber decorreu de flexibilização relevante de sua política de concessão de crédito. Como a variação não superou o limite quantitativo interno de materialidade, essa omissão não comprometeu a relevância das informações contábeis.

109 Em X2, a Alfa Distribuidora Ltda. estimou em R\$ 130 mil o preço de aquisição de equipamento equivalente, acrescido de R\$ 5 mil de custos de transação, e em R\$ 110 mil o preço que receberia pela venda do equipamento mantido em transação ordenada entre participantes do mercado. Assim, o montante de R\$ 135 mil corresponde ao custo corrente, e o de R\$ 110 mil, ao valor justo.

110 O grau de endividamento da Alfa Distribuidora Ltda. em 31-12-X2, calculado pela razão entre o passivo exigível total e o ativo total, é inferior a 20%, indicando que menos de 1/5 dos ativos da entidade é financiado por capital de terceiros.

111 Na demonstração dos fluxos de Caixa elaborada pelo método indireto, o aumento líquido de R\$ 18 mil nas contas a receber da Alfa Distribuidora Ltda. entre X1 e X2 deve ser tratado como ajuste negativo no fluxo de caixa das atividades operacionais, pois representa aplicação adicional de recursos no capital de giro operacional.

- 112** A demonstração do resultado do exercício da Alfa Distribuidora Ltda. relativa a X2 possui natureza estática, uma vez que apresenta o lucro líquido de R\$ 118 mil apurado na data de encerramento do exercício.
- 113** Na demonstração dos fluxos de caixa de X2, elaborada pelo método indireto, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais da Alfa Distribuidora Ltda. totalizou R\$ 109 mil.
- 114** Caso a Alfa Distribuidora Ltda., na condição de arrendatária, firme contrato de arrendamento de empilhadeira utilizada na movimentação de estoques, com prazo de 48 meses e cujo ativo subjacente não seja de baixo valor, deverá reconhecer, na data de início do arrendamento, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, ainda que não haja transferência da propriedade jurídica do equipamento.
- 115** Em X2, a Alfa Distribuidora Ltda. mantinha dois lotes da mesma mercadoria: o lote A, recebido primeiro, com validade em 31-3-X3; e o lote B, recebido posteriormente, com validade em 28-2-X3. Pelo critério FEFO, o lote A deveria ser expedido primeiro, em razão de sua entrada anterior no estoque.
- 116** Caso a Alfa Distribuidora Ltda. seja optante pelo Simples Nacional, as receitas decorrentes da compra e da revenda de mercadorias deverão ser tributadas, em regra, pelo Anexo II da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de atividade de comércio, sem prejuízo da necessária segregação de receitas se a empresa também exercer atividades sujeitas a outros anexos.
- 117** A margem líquida da Alfa Distribuidora Ltda. em X2 foi de aproximadamente 6,56% da receita líquida de vendas.
- 118** Embora os eventos de remuneração transmitidos ao eSocial alimentem o FGTS Digital, eles não integram a apuração dos débitos previdenciários da DCTFWeb. Assim, eventual erro que reduza as bases de cálculo do FGTS e das contribuições previdenciárias afetaria apenas o FGTS Digital, sem repercussão nos débitos declarados na DCTFWeb.
- 119** Na folha de pagamento da Alfa Distribuidora Ltda., foram reconhecidos salários brutos de R\$ 100 mil, retenções de R\$ 8 mil de contribuição previdenciária dos empregados e de R\$ 4 mil de imposto de renda, além de R\$ 25 mil de encargos sociais de responsabilidade da empregadora. Inexistindo outros proventos ou descontos, a despesa com salários e encargos foi de R\$ 125 mil, e o valor líquido devido aos empregados, de R\$ 88 mil.
- 120** Na folha de pagamento da Alfa Distribuidora Ltda., a remuneração bruta sujeita aos encargos sociais totalizou R\$ 120 mil. Considerando alíquotas patronais de 20% para a contribuição previdenciária, 2% para o RAT, 5,8% para terceiros e 8% para o FGTS, o reconhecimento da folha gerou encargos patronais de R\$ 40,56 mil e despesa total de R\$ 160,56 mil.



ANOTAÇÕES